

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.782 - RN (2019/0312601-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : VALDETE SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PHILLIPE AUGUSTO DE LIMA MESQUITA E SILVA -
RN013270

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **União** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 93):

ADMINISTRATIVO. MILITAR. ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. FUNDO DE EMENTA: SAÚDE DA AERONÁUTICA - FUNSA. MANUTENÇÃO DE FILHA PENSIONISTA COMO DEPENDENTE DO MILITAR FALECIDO.

1. A ação foi ajuizada objetivando provimento judicial que assegurasse à autora, filha e pensionista de militar, sua reinclusão como beneficiária do Fundo de Saúde da Aeronáutica - FUNSA com direito à assistência médico-hospitalar.

2. Na sentença de procedência, o Juízo singular entendeu que a autora, por ter passado a receber remuneração decorrente da pensão por morte de seu pai, não perde a qualidade de dependente deste para fins de assistência médico-hospitalar, uma vez que, se a condição de dependente do militar é pressuposto para a obtenção do benefício de pensão por morte, e a autora é pensionista, então a sua condição de dependente também deve ser reconhecida para fins de manutenção da qualidade de beneficiária do FUNSA.

3. Não merece reforma a decisão . a quo 4. A Lei 6.880/80 estabelece como direito dos militares, nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específica, a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes (art. 50, IV,). No parágrafo 2º do mesmo artigo, a norma lista como dependentes do militar, no que interessa e à discussão, a filha solteira, desde que não receba remuneração (inciso III). E no parágrafo 4º dispõe que, para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não serão considerados como remuneração os rendimentos não provenientes de trabalho assalariado, ainda

Superior Tribunal de Justiça

que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial.

5. Assim, se a dependência - para ter direito à assistência médica - decorre da condição de ser filha solteira sem remuneração, não exclui essa dependência, por si só, o fato de, com a morte do militar, a sua filha solteira passar a ser também sua pensionista. Com efeito, não sendo proveniente de trabalho assalariado, mas de um benefício previdenciário, a pensão não pode ser considerada remuneração, cuja percepção enseje a exclusão da pensionista do rol de dependentes do militar.

6. Sobre a matéria (exclusão de pensionista do FUNSA), a Primeira Turma deste TRF5 já decidiu que a NSCA nº 160-5/2017, aprovada pela Portaria COMGEP 643/3SC, de 12/04/2017, extrapolou sua função meramente regulamentar ao enquadrar como remuneração os rendimentos provenientes de pensão por morte, em desconformidade com o parágrafo 4º do art. 50 da Lei 6.880/80 (08124737620184050000,). Desembargador Federal Roberto Machado, 1º Turma, Julgamento: 19/11/2018 7. A Terceira Turma também já considerou que a qualidade de pensionista não se confunde com percepção de remuneração, pois não se trata de trabalho assalariado, ainda que recebido dos cofres públicos (08035291720184058300, Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, 3ª Turma,). Julgamento: 13/12/2018 8. No mais, embora o art. 16, XI, da Lei 4.506/64 classifique como rendimentos do trabalho assalariado as pensões civis e militares, esta norma dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas de qualquer , sendo, portanto, de caráter estritamente tributário e, por isso, não se prestando para qualificar natureza como remuneração a pensão militar, para fins de exclusão da pensionista da relação de dependentes do falecido militar.

9. Apelação improvida. Honorários advocatícios, fixados na sentença, majorados em 20%, do ex vi disposto no § 11 do art. 85 do CPC (honorários recursais).

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 115/120).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1.022, II do CPC/2015; 50, § 2º, III, a, § 3º, a e § 4º da Lei nº 6.880/80. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional, que, "Se a autora recebe remuneração, não pode ser considerada

Superior Tribunal de Justiça

dependente, nos termos da lei. Da leitura do texto legal verifica-se que a relação de dependência exigida para a concessão de AMH nada tem a ver com o conceito de dependência econômica em relação ao militar, mas sim com a situação, frise-se numerus clausus, que a lei estabeleceu como geradora deste benefício. Tanto é assim, que uma pessoa pode ter remuneração, qualquer valor que seja, e mesmo assim perceber pensão militar. Assim, é importante ressaltar que a condição de "dependente ou beneficiário da AMH" não se confunde com a condição de "pensionista", pois os direitos associados a ambas as figuras derivam de diplomas legais distintos, sendo a dependência prevista na Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares) e a pensão militar na Lei nº 3.765/1960" (fl. 134).

Reforça que "a pensionista percebe remuneração regularmente e, nesta condição, NÃO PODE SER DEPENDENTE DE MILITAR por força da previsão do Art. 50, da lei nº 6.880/80, já que percebe remuneração e, desta forma, contraria a expressa previsão legal inciso III, do § 2º e, também a previsão contida na alínea "a" do § 3º e §4º, todos do Art. 50, acima mencionado" (fl. 137).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, colhe-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação, *in verbis* (fl. 92):

A Lei 6.880/80 estabelece como direito dos militares, nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específica, a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes (art. 50, IV,). No parágrafo 2º do mesmo artigo, a norma lista como dependentes do militar, no que interessa e à discussão, a filha solteira, desde que não receba remuneração (inciso III). E no parágrafo 4º dispõe que,

Superior Tribunal de Justiça

para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não serão considerados como remuneração os rendimentos não-provenientes de trabalho assalariado, ainda que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial.

Assim, se a dependência - para ter direito à assistência médica - decorre da condição de ser filha solteira sem remuneração, não exclui essa dependência, por si só, o fato de, com a morte do militar, a sua filha solteira passar a ser também sua pensionista. Com efeito, não sendo proveniente de trabalho assalariado, mas de um benefício previdenciário, a pensão não pode ser considerada remuneração, cuja percepção enseje a exclusão da pensionista do rol de dependentes do militar.

Sobre a matéria (exclusão de pensionista do FUNSA), a Primeira Turma deste TRF5 já decidiu que a NSCA nº 160-5/2017, aprovada pela Portaria COMGEP 643/3SC, de 12/04/2017, extrapolou sua função meramente regulamentar ao enquadrar como remuneração os rendimentos provenientes de pensão por morte, em desconformidade com o parágrafo 4º do art. 50 da Lei 6.880/80 (08124737620184050000, Desembargador Federal Roberto Machado, 1º Turma, Julgamento: 19/11/2018)

A Terceira Turma também já considerou que a qualidade de pensionista não se confunde com percepção de remuneração, pois não se trata de trabalho assalariado, ainda que recebido dos cofres públicos (08035291720184058300, Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, 3ª Turma, Julgamento 13/12/2018)

No mais, embora o art. 16, XI, da Lei 4.506/64 classifique como rendimentos do trabalho assalariado as pensões civis e militares, esta norma dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas de qualquer natureza, sendo, portanto, de caráter estritamente tributário e, por isso, não se prestando para qualificar como remuneração a pensão militar, para fins de exclusão da pensionista da relação de dependentes do falecido militar.

Assim, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que "não sendo proveniente de trabalho assalariado, mas de um benefício previdenciário, a pensão não pode ser considerada remuneração, cuja percepção enseje a exclusão da pensionista do rol de dependentes

Superior Tribunal de Justiça

do militar" (fl. 92), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."* A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

De outro lado, verifica-se que a solução da controvérsia extrapola a estreita via do recurso especial, visto que implica o exame de violação reflexa ou indireta a texto de lei federal, já que o caso necessita primordialmente da análise da NSCA nº 160-5/2017, ato normativo que não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, *a*, da CF.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI N. 7.498/1986. RESOLUÇÃO DO COFEN. EXAME NO ESPECIAL. INVIABILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. A via excepcional não se presta para análise de ofensa a resolução, portaria, regimento interno ou instrução normativa, atos administrativos que não se enquadram no conceito de lei federal. Precedentes.

3. Hipótese em que o exame da apontada violação aos arts. 11, 12, 13 e 15 da Lei n. 7.498/1986 perpassa necessariamente pela interpretação da Resolução do COFEN n. 357/2011, sendo meramente reflexa a vulneração aos dispositivos legais indicados pelo agravante.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1091730/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 30/11/2017)

Por fim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à

Superior Tribunal de Justiça

verificação da dependência econômica do pensionista do militar, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

